

OS PRONUNCIAMENTOS PRESIDENCIAIS DE POSSE: EFEITOS DE *AUCTORIDADE* NOS ANOS DE CHUMBO E NA REABERTURA POLÍTICA NO BRASIL

Marcelo Giovannetti Ferreira Luzⁱ

Resumo: Tomando como ponto de partida quatro pronunciamentos de posse dos presidentes da República do Brasil, mais especificamente, dois dos anos de chumbo da ditadura e dois imediatamente subsequentes à reabertura política brasileira, quais sejam, respectivamente, o dos presidentes Marechal Castelo Branco e do Marechal Arthur da Costa e Silva, e dos presidentes José Sarney e Fernando Collor de Melo, propomo-nos a analisar de que modo se constitui a imagem discursiva desses sujeitos enquanto autores desses pronunciamentos, ou seja, buscaremos analisar como as marcas linguísticas podem caracterizar especificamente, em cada caso, tais pronunciamentos de tal forma que se configure um efeito de *auctoridade* desses sujeitos sobre seus textos. Para tanto, buscaremos nos alicerçar em pressupostos da Análise de Discurso como trabalhada por Eni Orlandi, no que tange à questão da função autor, em contraposição ao que afirma Foucault sobre ser autor, bem como no trabalho de Bénédicte Vauthier, sobre a questão da *auctoridade*. Dessarte, promoveremos uma melhor compreensão dos efeitos de sentido de autoria e a produção de efeito de sentido de *auctoridade* nos pronunciamentos supracitados, tendo em vista condições de produção bem distintas, *grosso modo*, Regime Ditatorial e Abertura Política.

Palavras-chave: Autoria. Função-autor. Sujeito. Pronunciamento presidencial.

Abstract: Taking as its starting point four inaugural speeches of possession of the presidents of the Republic of Brazil, more specifically, two years of the leaden years of dictatorship and two immediately after the reopening Brazilian politics, which are, respectively, the Presidents Marshal Castelo Branco and Marshal Arthur da Costa e Silva, and the Presidents Jose Sarney and Fernando Collor de Melo, we propose to examine how the discursive image of these subjects is produced since they are the authors of these pronouncements, that is, we aim to analyze how the linguistic marks can characterize specifically in each case such statements, so that an effect of these subjects' *auctoridade* (authority) over their texts will be configured. To this end, we seek to be underpinned by assumptions of discourse analysis as those crafted by Eni Orlandi regarding the matter of the author's function, as well as the work of Bénédicte Vauthier on the subject of *auctoridade*. Thus, we promote a better understanding of the effects of the meaning of authorship in the statements above, taking into consideration very different conditions of production, roughly, the Dictatorial Regime and Opening Policy.

Keywords: Author. Author-function. Presidential Statement. Subject.

ⁱ Doutorando pela Universidade Federal de São Carlos, Brasil. Email: giovannetil@gmail.com.

Introdução

Ao deslocarmos os estudos da linguagem de um viés tipicamente estrutural para um outro discursivo, fundamentalmente deparamo-nos com a questão do sujeito do discurso. Desde Bréal, os estudos linguísticos procuram reintroduzir a noção de sujeito em relação à linguagem, de modo que o homem produza efeitos de sentido em sua relação necessária com ela – a linguagem – afetando sua relação com outros homens. Com os estudos discursivos advindos da escola francesa, iniciados com Michel Pêcheux, entre os anos de 1960 e 1970, a questão do sujeito foi definitivamente posta no interior das relações linguísticas. Entretanto, com tais estudos, houve uma redefinição do “papel” do homem em relação à linguagem; Pêcheux procurou definir a noção de *sujeito* do discurso, atravessado pelo Outro/outro, incompleto, opaco. Essa predileção por tratar o sujeito dessa forma deve-se ao fato de ele – Pêcheux – tomar como uma das bases sobre as quais apoia seus estudos a psicanálise, derivada de Freud, pelo viés de Lacan, segundo a qual o sujeito é incompleto e afetado pelo seu inconsciente; ou seja, o sujeito não é senhor de suas vontades, e sim afetado pela presença do O/outro em seu discurso.

Diante disso, Pêcheux põe em uso a noção de *forma-sujeito* do discurso, trazida dos estudos de Louis Althusser, segundo a qual “todo indivíduo humano, isto é, social, só pode ser agente de uma prática se se revestir da *forma de sujeito*. A ‘forma-sujeito’, de fato, é a forma de existência histórica de qualquer indivíduo, agente das práticas sociais” (PÊCHEUX, 2009, p. 150). Podemos notar que, de acordo com Althusser, tratar do sujeito não é considerá-lo em sua forma empírica, fisiológica, mas sim, tratá-lo em sua forma histórica, resultado de uma prática social, no interior das relações sociais que este estabelece

com outros sujeitos, com seu Outro. Logo, se falar em sujeito é tratar de uma *forma-sujeito* no discurso, ou seja, de um lugar no interior de determinadas práticas discursivas em que um indivíduo adquire sua forma social – a forma-sujeito. Assim, ser sujeito, em última instância, é assumir uma posição de dizer, entre várias outras.

Dessarte, ao tratarmos do sujeito da enunciação de um discurso, tomamos em consideração o fato de este ser uma posição no interior de práticas discursivas. Assim, de modo a considerarmos nosso *corpus*, qual seja, os pronunciamentos dos empossados à presidência da República do Brasil, procuramos compreender de que modo a assunção à posição-sujeito presidente produz um efeito de sentido de *auctoridade* sobre os pronunciamentos de posse, de forma que se crie uma imagem de autoria dos sujeitos em relação a seus dizeres. A fim de lograr êxito em nosso objetivo, buscaremos as marcas linguísticas presentes nesses pronunciamentos de posse, tais como dêiticos, que nos possibilitem uma melhor compreensão sobre os modos de assunção desses dizeres por seus sujeitos enunciadore; para tanto, ancorar-nos-emos nos dizeres de Eni Orlandi (2008; 2009), principalmente no que se refere à questão da função-autor, como produtor de um imaginário de unidade em relação ao texto, e no trabalho de Bénédicte Vauthier (2010) no que concerne à questão da *auctoridade*, ou seja, “dotar-se da autoridade de autor”, assumir a responsabilidade pelo que diz, como sendo o que refunda o sentido do dito, com o propósito de compreender o que significa tornar-se *autor* dos pronunciamentos presidenciais de posse, e assim, no sentido latino do vocábulo “*auctoritas*”, ter a autoridade de dizer o que diz.

Não obstante, saibamos que os pronunciamentos não são, de fato, escritos por quem os pronuncia. Isso traz uma questão importante, que não será considerada por nós

neste artigo, qual seja, há um caráter de encenação para essa “auctoridade”, responsável pela performatividade do dizer. Ao ser declarado presidente, o enunciador toma para si os dizeres, como sendo socialmente responsável por aquilo que diz, e nisso consiste o efeito de autoria que discutiremos.

Efeito autor

Para quem trabalha com Análise de Discurso, o dispositivo teórico é o *discurso*, entendendo este, segundo Pêcheux (1975), como *efeito de sentido* entre locutores. Assim, como dito acima, o locutor é interpelado pela ideologia ao se identificar a uma formação discursiva, doravante (FD), adquirindo uma forma-sujeito do discurso. Logo, ele passa a enunciar não mais como um indivíduo no mundo, mas enquanto sujeito, afetado pelo simbólico, no interior de práticas sociais que, em última instância, determinam não só o que pode e deve ser dito, mas também de que forma será dito.

Segundo Foucault (1971), há processos internos de controle do discurso¹ que se dão a título de princípios de classificação, de ordenação, de distribuição normatizando a dimensão de acontecimento e de acaso do discurso. Levando tais processos para a dimensão do texto, verificamos que há, outrossim, princípios que normatizam a distribuição desses textos, de acordo com um

¹ Vale notar que as noções de *discurso* em Pêcheux e em Foucault não convergem. Segundo Revel (2005, p.37), “O discurso designa, em geral, para Foucault, um conjunto de enunciados que podem pertencer a campos diferentes, mas que obedecem, apesar de tudo, a regras de funcionamento comuns. Essas regras não são somente linguísticas ou formais, mas reproduzem um certo número de cisões historicamente determinadas (por exemplo, a grande separação entre razão/desrazão): a ‘ordem do discurso’ própria a um período particular possui, portanto, uma função normativa e reguladora, e coloca em funcionamento mecanismos de organização do real por meio da produção de saberes, de estratégias e de práticas.”

princípio de autoridade, isto é, com base na dimensão do poder-ser. Tratando-se de pronunciamentos presidenciais, verificamos, de fato, a presença de procedimentos de controle do discurso, de modo que o acesso à posição-sujeito autor é controlada no acontecimento discursivo. Não é qualquer sujeito que pode assumir tal função de dizer, haja vista que ele precisa ser autorizado a se colocar naquele lugar de dizer específico, produzindo-se um efeito de autoria de seu discurso.

Orlandi assevera:

se o locutor se representa como eu no discurso e o enunciador é a perspectiva que esse eu assume, a função discursiva autor é a função que esse eu assume enquanto produtor de linguagem, produtor de texto. Ele é, das dimensões do sujeito, a que está mais determinada pela exterioridade – contexto sócio-histórico – e mais afetada pelas exigências de coerência, não contradição, responsabilidade etc.(ORLANDI, 2009, p. 74-5)

Assim, o locutor-presidente assume-se como autor de seus pronunciamentos, sendo afetado pela exterioridade constitutiva do discurso, caracterizada pelas condições sócio-históricas de produção desse discurso. Observando nosso *corpus*, notamos, *a priori*, duas condições de produção antagônicas, características dos pares de pronunciamentos selecionados. Ao tomarmos os pronunciamentos de posse do Marechal Castelo Branco e do Marechal Costa e Silva, verificamos que as condições de produção desses discursos são bem distintas, até mesmo antagônicas, das condições de produção dos pronunciamentos de José Sarney e de Fernando Collor. Aqueles enunciam no interior de uma formação social extremamente rígida, determinada pela monossemia dos dizeres, caracterizada pelo autoritarismo desses dizeres; estes, do interior de uma formação social mais aberta à polissemia, recém-saída de um regime político autoritário

que cerceava os direitos ao dizer, à polissemia dos sentidos, que sobredeterminava extremamente a função-autor nos discursos.

De acordo com Paul Audi:

Por essa qualificação de autor, (...) entende-se comumente o produtor de certa configuração de sentido – obra ou ideia – isto é, todo espírito autorizado a reivindicar o estatuto de estar ele mesmo e por si mesmo no princípio, na origem ou na nascente de alguma forma de expressão ou de conteúdo, e que, precisamente por isso, tem reconhecido o direito e o poder de responder por isso (AUDI, 2008 *apud* VAUTHIER, 2010).

Como efeito de sentido de um dizer autoritário², os sujeitos representantes de um regime militar ditatorial, ao assumirem a função-autor de seus dizeres, produzem um efeito de sentido de origem do dizer, o que promove uma configuração de autoridade ao seu dito, como podemos verificar no recorte a seguir, retirado do pronunciamento de posse do Marechal Castelo Branco, em 1964:

Na singular significação desta solenidade cívica e quando milhões de compatriotas nos animam com a sua confiança e as suas esperanças, desejo assegurar que o juramento agora proferido perante os augustos representantes da Nação encerra muito mais do que a fórmula ritual: contém a reiteração de sentimentos e ideais que nos acompanham e inspiram desde os dias da juventude (BONFIM, 2006, p. 270).

Seguindo os pressupostos de Orlandi (2009), o sujeito, ao assumir sua função-autor, se coloca como o produtor do texto que o *eu* enuncia; mais claramente no pronunciamento de Castelo Branco, temos a configuração da autoria com a ilusão, promovida pelo que Pêcheux (1975) chama de Esquecimento nº 1, ou seja, de ser a origem do que dizemos. Dessa forma, o enunciador-presidente tem a ilusão de

que seu dizer origina-se nele mesmo, desconsiderando a presença do interdiscurso, da interferência do dizer do outro sobre o seu dizer.

Assim, essas ideias se coadunam com as de Audi (2008 *apud* VAUTHIER, 2010), no que se refere à questão de que o autor “entende-se comumente o produtor de certa configuração de sentido”, isto é, o sujeito, ao assumir uma instância de sujeito-autor, ao se colocar como *eu* na enunciação, reivindica o direito de estar na origem do que diz, controla o que é dito, a interpretação do que se diz. Evidentemente, o texto do pronunciamento de Castelo Branco é compreendido – no viés da Análise de Discurso – como “unidade de sentido em relação à situação” (ORLANDI, 1988 *apud* ORLANDI, 2008, p. 42); entretanto, tal unidade é imaginária, haja vista ser a função-autor a responsável por essa ilusão de unidade do texto, sua não-contradição, progressão e duração.

Devido a esse efeito de unidade do texto, tem-se a ilusão da transparência do sujeito, em sua função-autor, isto é, produz-se um efeito de sentido de que o dito representa o real, não afetado pelo simbólico, apagando a constituição ideológica do sujeito, bem como a constituição do autor enquanto uma função exercida pelo sujeito em seu direito de dizer, como estando na origem dos sentidos. Tem-se, então, a ilusão promovida pelo esquecimento nº 1, fazendo com que o sujeito pense ter controle sobre o sentido do que enuncia.

Auctoridade e dizeres autoritários

Devido a essa ilusão de controle sobre o discurso, podemos verificar a presença de formas de dizer autoritárias nos pronunciamentos de posse dos eleitos à presidência da República nos anos de chumbo da ditadura militar no Brasil. Tomando, novamente, como exemplo o recorte supracitado, buscaremos compreender de que forma a instauração do sujeito enquanto autor

² Aqui, *autoritário* não está em correspondência com o sentido etimológico de *autor*.

de seu dizer produz um efeito de sentido de autoria desses sujeitos em relação ao texto enunciado, uma vez que “não basta falar para ser autor. A assunção da autoria implica uma inserção do sujeito na cultura, uma posição dele no contexto histórico-social”(ORLANDI, 2009, p.76). Dessarte, consideraremos que falar, nos anos de chumbo da ditadura e nos anos que se seguem à reabertura política, passa por um controle – diverso em cada situação dada –, mas que exerce grande influência sobre o que é dito e, primordialmente, da forma como é dito.

Assim, o enunciador-presidente deve compreender que “aprender a se colocar – aqui: representar – como autor, é assumir, diante da instituição-escola e fora dela (nas outras instâncias institucionais) esse papel social, na sua relação com a linguagem: constituir-se e mostrar-se autor” (ORLANDI, 1993, p. 79). Ou seja, o enunciador é levado a ser o responsável pelo seu dizer, uma vez que, nas instâncias públicas, é ele quem assume o papel de autor, no sentido latino do vocábulo *auctoritas*. No contexto discursivo da ditadura militar no Brasil, essa autoridade é atribuída pelo lugar de dizer desse sujeito que pertence à classe militar, portanto possui um dizer autorizado por uma patente, um reconhecimento social, em época de ditadura. Retomando o que nos diz Orlandi (2009), não é qualquer sujeito que pode, nesse caso específico, assumir esse discurso como sendo seu; quem exerce a função-autor desse discurso é um sujeito que possui uma patente de Marechal, ou seja, um reconhecimento militar prévio, e passa a ser autorizado a enunciar como presidente posto no cargo pelos seus (militares também), assumindo, assim, um discurso de autoridade. Temos, nesse caso, a relação posta por Paul Audi entre *poder* e *autoridade*. Os presidentes empossados durante o Regime Ditatorial possuíam o *poder* como aliado, haja vista toda forma de coerção de que dispunham. Não obstante, seus discursos não possuíam a *autoridade*

necessária perante a população, uma vez que, segundo Vauthier (2010, p. 92), esta tem a ver com a “palavra ideológica de outrem interiormente persuasiva e reconhecida por nós”. Evidentemente, os discursos autoritários não eram reconhecidos por toda a população a quem se destinavam.

Por esse motivo mesmo, podemos verificar nos recortes extraídos dos discursos de Costa e Silva e de Castelo Branco modos de os sujeitos ocuparem a função-autor de forma a colocarem-se como “donos” de seus dizeres e uma tentativa de aproximação em relação a seu auditório, a população. Observemos o recorte a seguir, retirado do mesmo pronunciamento do Marechal Castelo Branco (BONFIM, 2006, p. 270):

Defenderei e cumprirei com honra e lealdade a Constituição do Brasil. Cumprirei e defenderei com determinação, pois serei escravo das leis do País e permaneceréi em vigília para que todos as observem com exatidão e zelo. Meu Governo será o das leis, das tradições e princípios morais e políticos que refletem a alma brasileira, o que vale dizer que será um Governo firmemente voltado para o futuro, tanto é certo que um constante sentimento progresso e aperfeiçoamento constitui a marca e, também, o sentido da nossa história política e social. Nem exagero ao dizer que nessa caminhada para o futuro, deveremos nos empenhar com paixão de uma cruzada, para a qual é preciso convocar todos brasileiros. De uma jornada para a qual, com energia e sobretudo com o meu próprio exemplo, espero a adesão de todos os concidadãos a esse propósito, que será a garantia suprema de todos os homens e mulheres deste País.

Podemos observar, pelas marcas linguísticas presentes no texto, que o sujeito assume a função-autor, caracterizando uma centralidade do dizer no *eu*. Essa centralidade produz um efeito de sentido, ao mesmo tempo, de autoria e de autoridade, esta no sentido dito acima de Paul Audi (*op. cit.*), de modo a promover a persuasão de seu auditório, por

meio de enunciações ilocutórias como “Defenderei e cumprirei com honra e lealdade”, que produzem um efeito de assumir-se na posição de autor desse dizer, ao mesmo tempo em que produz um efeito de promessa para seu interlocutor. Logo, esse enunciador produz uma imagem de si para seu auditório, como sendo a de um presidente compromissado com as leis, tradições e princípios da sociedade brasileira. Assim, na esteira de Orlandi (2009), esse sujeito enuncia representando-se como autor, responsável pela unidade e coerência do que diz, buscando um efeito de sentido que garanta a adesão do seu auditório a seu discurso. É nessa instância que podemos verificar a responsabilidade do sujeito, afetado pela exterioridade, pelo contexto sócio-histórico, ao criar um efeito de unidade para seu texto.

De modo a verificar se esse modo de tornar-se autor no contexto sócio-histórico do Regime Militar pode ser caracterizado efetivamente como um dizer de *auctoridade*, em consonância com um dizer persuasivo, reconhecido pelo auditório, analisaremos um recorte extraído do pronunciamento de posse do Marechal Costa e Silva. Para tanto, observemos o recorte abaixo (BONFIM, 2006, p. 279):

Elegendo-me Presidente da República para o próximo quadriênio, em nome do povo brasileiro, de quem sois legítimos representantes, acabais de conferir-me o mandato mais honroso a que um brasileiro pode aspirar.

A vossa decisão envolve o ato de suprema confiança que podereis depositar num concidadão. Eu o acolho com grave emoção, a emoção da ingente responsabilidade que, eleito, assumo, desde já, comigo mesmo perante a Nação.

Cabe-me o dever de exprimir ao Congresso Nacional o meu profundo reconhecimento. Mas a honra que ele me concede, tenho-a, sobretudo, por uma convocação para servir ao Brasil em hora de apreensões, incertezas e dificuldades. (...)

Esse excerto foi retirado do pronunciamento de posse perante o Congresso Nacional, em 1967. Nele, podemos observar as marcas linguísticas do enunciador, em primeira pessoa do singular; podemos observar as coerções por que esse discurso passa, haja vista o contexto em que é produzido: auge da Ditadura Militar no Brasil; o sujeito que o enuncia é posto no poder pelo Congresso Nacional, auditório de seu pronunciamento de posse. Todos esses fatores determinam exteriormente o exercício da função-autor, ou seja, o sujeito enquanto responsável por seu dizer, por seu discurso. Assim, ele assume a responsabilidade de seu discurso perante o Congresso, que o colocou no poder, e diante a nação, que será governada por ele durante quatro anos, e de quem esse sujeito espera ter o apoio total.

Como sendo a “origem” das significações do discurso, o autor responsabiliza-se pelos sentidos postos a circular em seu texto; logo, cabe a ele responder por todo e qualquer mal-entendido que possa ser suscitado em decorrência de seu pronunciamento. Muito embora saibamos que os discursos não possuem uma origem intrínseca em um sujeito (mito fundador também chamado *adâmico*), ao se colocar como autor de um discurso o sujeito desloca esse mito fundado para a centralidade do dizer; é como se o enunciador-presidente produzisse seu discurso inusitadamente, ou seja, produz um efeito de autoridade concernente a si, enquanto sujeito produtor do dizer, que se acredita único.

Em sendo autor, o sujeito assume a responsabilidade de seu dizer e isso produz um efeito de evidência em seu texto, como podemos observar no enunciado: “Eu o acolho com grave emoção, a emoção da ingente responsabilidade que, eleito, assumo, desde já, comigo mesmo perante a Nação”. Esse enunciado produz um efeito de sentido de responsabilidade do sujeito, enquanto autor de seu dizer perante o seu dito, como o colocando

em uma condição jurídica desse dizer, isto é, esse sujeito vê-se na obrigação de cumprir com o prometido, uma vez que se tem, no pronunciamento, um efeito de sentido de *auctoridade* desse sujeito sobre o texto. Ademais, essa *auctoridade* é acompanhada pela condição sócio-histórica desse sujeito, qual seja, a de um militar que ocupa o mais alto posto governamental brasileiro; tomando como base todo o pré-construído acerca da imagem dos militares, temos que esse sujeito, por seu dizer, produz um efeito de sentido de autoria sobre seu dito, visto ele ser o responsável pelo dizer.

Ao se colocar no centro da enunciação, pelo uso do dêitico *eu*, o enunciador cria um efeito de sentido de subjetividade que, junto ao efeito de *auctoridade*, produz para o texto um efeito de sentido de coerência, unidade e responsabilidade coercitiva sobre o dizer, de tal forma que o enunciador coloca-se em uma posição de comprometimento perante seu auditório, que, no caso do Regime Militar, é o Congresso Nacional, responsável por escolher os presidentes da República.

Em ambos os pronunciamentos analisados, pudemos verificar a configuração de uma função-autor que, de certo modo, coloca-se enquanto responsável pelos compromissos assumidos perante um auditório restrito – o Congresso Nacional –, haja vista as condições de produção desses discursos darem-se no interior de um regime ditatorial, estando, por isso, submetidos às regras dessa instituição política.

Passaremos, doravante, a analisar de que modo se dá a assunção da função-autor pelos sujeitos em condições de produção diversas das então analisadas. Para tanto, buscaremos analisar os pronunciamentos de posse de José Sarney e de Fernando Collor de Mello.

Ser autor na liberdade da Abertura Política

Consonante Orlandi (2009, p. 75), a autoria é a “função mais afetada pelo contato com o social e com as coerções, ela está mais submetida às regras das instituições e nela são mais visíveis os procedimentos disciplinares.”. Assim, em que medida podemos verificar que as condições de produção dos discursos pós-regime militar condicionam, afetam a assunção da função autor nos discursos presidenciais de posse?

Evidentemente, após o regime ditatorial, com a extinção do severo controle que se exercia sobre os dizeres – principalmente os de cunho político –, o exercício da função autor sofreu mudanças, que podem ser percebidas pelos modos de enunciação dos pronunciamentos de posse a partir de 1985. De modo a tentar compreender como o sujeito exerce sua *auctoridade* nesse momento, analisaremos os pronunciamentos de José Sarney e Fernando Collor de Mello, respectivamente.

José Ribamar Ferreira Araújo da Costa Sarney toma posse da presidência da República em março de 1985, em decorrência da morte de Tancredo Neves. Entretanto, seu pronunciamento de posse se dá apenas em julho do mesmo ano, haja vista que até então, ele vinha governando como vice-presidente.

Observando-se o fato de que a autoria é a função diretamente afetada pelo contato com o social e com as coerções estabelecidas por ele, bem como pelas instituições nas quais o sujeito que ocupa a função-autor está inserido, vejo uma mudança no período ditatorial quanto ao modo de assumir-se autor, de fazer-se autor de seu discurso. Observemos o recorte a seguir (BONFIM, 2006, p. 332):

Brasileiros, o presidente de um país democrático precisa compartilhar responsabilidades. O Brasil mudou. Respira-se liberdade. Volta-se a sonhar e a ter confiança, embora permaneçam os efeitos do pior momento de nossa história, um quadro de pessimismo e a paisagem devastadora das injustiças sociais.

Não venho, contudo, perder-me no lamento. Proponho conjurar a neurose dos índices assustadores da economia e da miséria.

O destino não me trouxe de tão longe para ser síndico da catástrofe.

Exerço e exercerei sempre a presidência! Juramento da república com determinação e coragem. A omissão e a dúvida não serão a marca do governo. Por formação e experiência, medito, pondero, analiso, ouço e sou prudente antes de decidir. Acerto e posso cometer equívocos. Mas, sensibilizado do erro, nele não permaneço. A intolerância não faz parte do meu feitio.

Eu, José Sarney, homem simples como todos do povo, não sou infalível. Sou presidente de um país democrático, presidente e Cidadão, responsável pelo governo que tenho de consolidar, pelo exemplo, pelo trabalho, pela correção, pela vontade e pelo dever de acertar, pela obrigação de servir ao Brasil e ao seu grande povo (...).

Notemos que, ao se representar como *eu* no discurso, como produtor desse texto, coloca-se como responsável pelo seu dizer, ou seja, torna-se autor no sentido de Vauthier (2010), refundando o sentido desse dito acerca da democracia instaurada pela derrocada do regime ditatorial, sustentada pela esperança da tão-senhada liberdade. Tomadas essas condições de produção desse pronunciamento de posse, podemos observar que o sujeito, ao exercer essa função-autor, coloca-se como se comprometendo com a liberdade, com a democracia. Podemos observar, outrossim, o deslocamento do auditório desse enunciador, de modo que deixa de ser o Congresso Nacional e passa a ser os “brasileiros”. Assim, consideramos que, ao assumir essa função-autor, o sujeito estabelece como interlocutor o povo, modificando a exterioridade de seu discurso, fazendo com que esse sujeito coloque-se de modo distinto no seu lugar de autor. Desse modo, ser autor recai sobre ser o

“refundador” dos sentidos acerca da relação entre sujeito-presidente e seus interlocutores.

Enquanto ser autor nos liames de um governo ditatorial fazia com que o texto tendesse ao monologismo, ao “um” do sentido, ser autor em época da liberdade do dizer faz trabalhar, no interior mesmo desse dizer, novas formas de se colocar como autor, de se fazer autor de seu discurso. Assim, ao se promover uma reabertura política, temos que há, também, uma reabertura para os sentidos, que tende à polissemia, modificando a relação do sujeito com a função-autor de seu texto. Como o autor está submetido às regras das instituições, e visto que essa reabertura política promove, em certa medida, um esfacelamento dessas instituições autoritárias, assumir a função-autor produz um efeito de sentido de liberdade de seu dizer, de modo que o sujeito não sofra a coerção dos dizeres impostos por um regime, como o da Ditadura Militar.

As coerções impostas ao sujeito-autor, nesse momento, são as de um sujeito pertencente às mesmas condições em que se encontram seus interlocutores, como podemos observar no excerto a seguir: “Eu, José Sarney, homem simples como todos do povo, não sou infalível. Sou presidente de um país democrático, presidente e Cidadão (...)”. Nesse enunciado, podemos verificar que, ao assumir a função-autor, o sujeito da enunciação produz um efeito de sentido, pelo uso do dêitico *eu*, bem como pelo uso de adjetivos que indicam sua simplicidade e aproximação com o “povo”, de pertencimento a esse grupo. Ou seja, se tomarmos em consideração que o autor é responsável por atribuir o efeito de unidade ao texto, vemos que o sujeito desse discurso de posse o faz promovendo uma unidade que leva a uma aproximação com seu auditório, qual seja, os “brasileiros”. Assim, o sujeito pode requerer sua responsabilidade por seu dizer neste discurso, que lhe garante um efeito de sentido de adesão à camada popular, tornando seu dizer persuasivo, logo, um dizer de

auctoridade. Isso pode ser percebido, igualmente, pela presença do adjetivo *democrático* ao se referir a país, de tal modo que o sujeito não se caracterize como autoritário, embora tenha autoridade sobre seu pronunciamento, podendo ser responsivo por seu dito.

A fim de nos direcionarmos para o desfecho de nossa análise acerca dos efeitos de *auctoridade* nos pronunciamentos de posse da reabertura política no Brasil, passaremos à análise do pronunciamento de Fernando Collor de Mello, segundo presidente a assumir, após a reabertura política.

No dia 15 de março de 1990, em Brasília, deu-se a Cerimônia de Posse à Presidência da República de Fernando Collor de Mello, primeiro presidente eleito por voto direto, após a reabertura política. Em seu pronunciamento, Fernando Collor assume uma posição-sujeito em seu discurso que produz um efeito de sentido de autoria de seu dizer, haja vista que ele se coloca como autorizado a enunciar daquele lugar de presidente da República. Podemos observar, logo no primeiro parágrafo de seu texto, após a enumeração de seus interlocutores, o seguinte enunciado (BONFIM, 2006, p.342):

Volto a esta Casa, onde vivi período de intenso aprendizado político, para receber o mandato mais honroso e o desafio mais difícil a que um homem público pode aspirar: a presidência do Brasil por delegação do povo.

Venho trazer ao Poder Legislativo, ante o qual, seguindo o preceito da Constituição, acabo de assumir a Presidência da República, meu apreço e minha homenagem. Creio firmemente, Senhores Senadores, Senhores Deputados, que a dignidade do Governo implica essencialmente um sólido respeito pelos dois outros Poderes da República, o Legislativo e o Judiciário, tradicionais, autônomos e indispensáveis para a harmonia da política e o bem da nação brasileira. Orgulho-me de ter pertencido à

Câmara dos Deputados, onde meu avô, Lindolfo Collor, tivera atuação destacada. Envaideço-me da memória dos anos fecundos que meu pai, Arnon de Mello, dedicou ao Senado Federal. Não saberia governar sem a colaboração permanente do Congresso, berço da lei e espelho da opinião, cuja independência é, em toda parte, penhor da liberdade e evidência da democracia. (...)

Podemos observar a emergência da primeira pessoa do singular na marcação da subjetividade do discurso. Seu auditório é caracterizado pelos representantes do Senado Federal, pelos representantes dos Poderes Legislativo e Judiciário. Ao se instaurar como sujeito de dizer, como enunciador desse discurso, Fernando Collor assume uma posição de sujeito presidente da República recém-eleito. No entanto, seu dizer de posse é atravessado por outros dizeres, que não só o de presidente da República, como podemos observar pelos enunciados “Volto a esta casa, onde vivi período de intenso aprendizado político”, “Envaideço-me da memória dos anos fecundos que meu pai (...) dedicou ao Senado Federal”. Ao se assumir como autor desse pronunciamento, o sujeito-presidente produz um efeito de sentido de unidade sobre discursos que estão dispersos tanto no tempo quanto no espaço, e que são “capturados” no interdiscurso, de modo que se produz um efeito de coerência e unidade do que se diz. Ao trazer esses discursos outros para seu pronunciamento, o autor produz uma reconfiguração do sentido de seu próprio dizer, alicerçado no dizer de outrem. Assim, ele se assume autor na medida em que se responsabiliza por seu dizer, alicerçado em dizeres que circulam no complexo com dominante das formações discursivas, o interdiscurso.

Esses pronunciamentos de posse de José Sarney e de Fernando Collor materializam uma relação entre sujeito e discurso baseada não mais na autoridade dos regimes políticos autoritários, mas em uma suposta liberdade

discursiva advinda da abertura política no país. Embora ainda haja a materialização do poder, visto que os enunciadores ocupam determinados lugares de dizer que os atribuem tal poder em relação a seu auditório, a autoridade é constituída por meio da persuasão, do reconhecimento da autoridade pelo auditório, não por meio da palavra autoritária, que não deixa alternativa a não ser a adesão ao discurso.

Assim sendo, as coerções exercidas pela *função-autor* são determinadas por uma exterioridade constituída sócio-historicamente, determinando não somente o que pode e deve ser dito, mas também, e igualmente, como será dito, e a relação desse autor com seu auditório, de modo que, para ser autor de um texto, o sujeito tenha de ocupar a função-autor, não de qualquer maneira, mas sofrendo as coerções do sistema social em que seu dizer está inserido.

À guisa de conclusão

O que propusemos neste texto foi, de fato, um ensaio sobre a questão do efeito de *autoridade* nos pronunciamentos de posse dos presidentes da República em dois momentos distintos e, mais especificamente, antagônicos da história política brasileira, quais sejam, o período ditatorial e a abertura política. Pudemos observar, por meio de uma análise discursiva dos pronunciamentos dos Marechais Castelo Branco e Arthur Costa e Silva, que se enquadram em condições de produção dos dizeres permeadas pela ideologia militar, autoritária, bem como dos pronunciamentos de José Sarney e Fernando Collor de Melo, representantes de uma ideologia “libertária”, pós-ditadura, o que significa exercer a função autor, entendendo-a como a posição de sujeito mais afetada pela exterioridade do dizer, em diferentes condições de produção desse dizer. Assim, enquanto os presidentes na fase do governo ditatorial colocam-se como autores de

discursos empossados pelos representantes do Poder e para eles exercem tal função, os presidentes empossados em plena abertura política democrática assumem sua função-autor tendo como representação o povo, que busca pela liberdade em um país recém-saído de uma ditadura militar. Esses dois modos de se fazer autor significa diferentemente nas condições de produção de seus dizeres, produzindo distintos efeitos de sentido de autoria, bem como da imagem que possuem enquanto ocupam o lugar de dizer de presidente da República. Embora a autoridade presidencial seja demonstrada nos quatro pronunciamentos analisados, os modos de construção dessa autoridade, em relação à função-autor, dá-se de modos distintos, como tentamos mostrar.

Referências

- BONFIM, J.B.B. **Palavra de presidente:** os discursos presidenciais de posse, de Deodoro a Lula. Editora Senado Federal, 2006.
- FOUCAULT, M. **A ordem do discurso.** Aula inaugural no College de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Trad. de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 17. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008.
- ORLANDI, E. **Análise do discurso:** princípios e procedimentos. 8. ed. Campinas, SP: Pontes, 2009.
- _____. **Discurso e leitura.** 2. ed. Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1993.
- _____. **Discurso e texto:** formulação e circulação dos sentidos. 3. ed. Campinas: Pontes Editores, 2008.
- _____. **Discurso fundador.** 2. ed. Campinas: Pontes, 2001.
- PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso:** uma crítica à afirmação do óbvio. Trad. de Eni Puccinelli Orlandi et al. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

LUZ, Marcelo Giovannetti Ferreira. Os pronunciamentos presidenciais de posse: efeitos de *auctoridade* nos anos de chumbo e na reabertura política no Brasil. *EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação*, Ilhéus, n.3, p. 93-103, nov. 2012.

REVEL, J. **Michel Foucault**: conceitos essenciais. Trad. de Maria do Rosário Gregolin et al. São Carlos: Claraluz, 2005.

VAUTHIER, B. Auctoridade e tornar-se autor: nas origens da obra do Círculo 'B.M.V.' (Bakhtin, Medvedev, Volochinov). In. PAULA, Luciane de; STAFUZZA, Grenissa (Org.). **Círculo de Bakhtin**: teoria inclassificável. v. 1, Campinas: Mercado de Letras, 2010. – (Série Bakhtin: Inclassificável; v. 1), p. 89-114.